



ESTADO DE MATO GROSSO - VALE DO CABAÇAL
MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU

LEI Nº 651, DE 02 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar bem como transpor e remanejar recursos, *e dá outras providências.*


O Prefeito Municipal de Salto do Céu-MT, Sr. **WEMERSON ADÃO PRATA**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Ficam os Poderes Legislativo e Executivo Municipal autorizados a efetuar transposição, remanejamento e transferência de recursos, de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do valor total do orçamento programa do município, para o exercício financeiro de 2020.

Art. 2º. Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares à conta de excesso de arrecadação, através de Decreto, até o limite dos valores efetivamente apurados ou com base na tendência do exercício, nos termos do inciso II do § 1º e § 3º do artigo 43 da Lei 4.320/64, devendo ser observadas as vinculações das fontes dos recursos financeiros em excesso disponíveis.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu-MT, 02 de março de 2020.


WEMERSON ADÃO PRATA
Prefeito Municipal



forma as atribuições do pregoeiro: "Art. 9º As atribuições do pregoeiro incluem: (...) VIII - o recebimento, o exame e a decisão sobre recursos". No pregoeiro estão concentradas todas as atribuições conferidas à comissão de licitação. É o único responsável pelas decisões a serem tomadas na sessão do pregão.

DECISÃO

Diante do exposto, com fulcro nos fundamentos de fato e de direito, já expostos, mantenho a habilitadas as empresas vencedoras do certame, concedo o prazo de 5 (cinco) dias úteis, **prorrogável por igual período** para empresa **SF CLIMATIZAÇÃO E MONITORAMENTO**, por se tratar de Microempresa, para a regularização do referido documento, com fundamento no artigo 43, §1º, da lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e em caso de descumprimento a empresa será automaticamente inabilitada.

Rosário Oeste, 28 de fevereiro de 2020.

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

a) Espécie: Dispensa de Licitação; b) Aquisição de Etiquetas/Plaquetas Patrimoniais; c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, art. 24, inciso II; d) **Processo: Nº 015/2020**; e) Cobertura Orçamentária: Elemento Orçamentário: 04.122.0003.3.3.90.30.00; f) Valor: R\$ 3.000,00 (três mil reais); g) Autorização: em **19/02/2020**, por **WEMERSON ADÃO PRATA**; h) Ratificação: em **02/03/2020**, por **WEMERSON ADÃO PRATA**.

LETÍCYA QUERB NERY DE ALMEIDA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

JURÍDICO LEI Nº 652, DE 02 DE MARÇO DE 2020

LEI Nº 652, DE 02 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional especial ao orçamento programa do município, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Salto do Céu-MT, Sr. **WEMERSON ADÃO PRATA**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Para atender às necessidades Orçamentárias do Poder Executivo, fica aberto um Crédito Adicional Especial ao Orçamento Programa do Município, para este exercício financeiro de 2020, no valor de R\$ 69.500,40 (Sessenta e Nove Mil, Quinhentos Reais e Quarenta Centavos), através da criação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 – Secretaria Mun. Desenvolvimento Econômico e Social

Unidade: 02 – Departamento de Agricultura e Prog. Urbanos

18.541.0018.2056 – Manut. Consórcio de Desenv. Com. Nasc. Pantanal

3.1.71.70.00 – Rateio Partic. Consórcios Públicos R\$ 51.300,00

Fonte de Recursos:

0.1.00.000000 – Recursos Ordinários R\$ 51.300,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 03 – Fundo Municipal de Saúde

10.302.0030.2018 – Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde

3.1.71.70.00 – Rateio Partic. Consórcios Públicos R\$ 17.661,00

4.4.71.70.00 – Rateio Partic. Consórcios Públicos R\$ 539,40

Fonte de Recursos:

0.1.02.000000 – Rec. Impostos e Transf. Impostos – Saúde R\$ 18.200,40

Art. 2º. Os recursos Orçamentários para dar Cobertura ao Crédito Adicional e Especial aberto no artigo anterior, conforme disposições contidas no art. 43 da Lei Federal 4.320/64, serão compostos por:

I – até o valor de R\$ 51.300,00 (Cinquenta e Um Mil e Trezentos Reais), resultante da anulação total ou parcial de dotações, conforme disposto no Art. 43, § 1º, Inciso III, da Lei 4.320/64, para a fonte de recursos 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

II – até o valor de R\$ 18.200,40 (Dezoito Mil, Duzentos Reais e Quarenta Centavos), resultante da anulação total ou parcial de dotações, conforme disposto no Art. 43, § 1º, Inciso III, da Lei 4.320/64, para a fonte de recursos 0.1.02.000000 – Rec. Impostos e Transf. Impostos – Saúde.

Art. 3º. Caso os saldos dos créditos especiais abertos não sejam suficientes para o registro do total das despesas para execução do programa, de seu objeto, os mesmos poderão ser suplementados até os limites de saldo necessário nos termos das leis de remanejamento e suplementação.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu-MT, 02 de março de 2020.

WEMERSON ADÃO PRATA

Prefeito Municipal

JURÍDICO LEI Nº 651, DE 02 DE MARÇO DE 2020

LEI Nº 651, DE 02 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional complementar bem como transpor e remanejar recursos, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Salto do Céu-MT, Sr. **WEMERSON ADÃO PRATA**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Ficam os Poderes Legislativo e Executivo Municipal autorizados a efetuar transposição, remanejamento e transferência de recursos, de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite de 7,5% (sete virgula cinco por cento) do valor total do orçamento programa do município, para o exercício financeiro de 2020.

Art. 2º. Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares à conta de excesso de arrecadação, através de Decreto, até o limite dos valores efetivamente apurados ou com base na tendência do exercício, nos termos do inciso II do § 1º e § 3º do artigo 43 da Lei 4.320/64, devendo ser observadas as vinculações das fontes dos recursos financeiros em excesso disponíveis.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu-MT, 02 de março de 2020.

WEMERSON ADÃO PRATA

Prefeito Municipal